



**Ordem e Progresso no Campo:
A Escola Agrícola de Muzambinho e a Formação Técnica (1953 a 1975)**

Lívia Carolina Vieira¹

Resumo: A educação profissional agrícola ainda é um tema recente nas pesquisas voltadas para a História da Educação. Para compreensão das mudanças na oferta deste ramo da educação profissional é necessário observar as relações econômicas e sociais do trabalho estabelecidas na economia agrária brasileira que culminaram em ações voltadas para a educação, além de observar as transformações ocorridas a partir da transição da sociedade agrária para urbano industrial. O recorte temporal contemplou as primeiras iniciativas de criação da escola e estendeu-se até o período de implementação do modelo escola- fazenda, ação resultante dos acordos firmados entre os Estados Unidos e o Brasil, que transformaram as escolas em grandes fazendas, que primavam pelo aprender na prática. A identificação da proposta de formação oferecida foi feita a partir dos documentos oficiais e escolares, fotografias e entrevistas. Os resultados mostram o projeto de modernização agrícola para o país e a necessidade de formar os técnicos agrícolas que pudessem permanecer no campo impulsionando a produção. Dessa forma, uma formação voltada para os ensinamentos técnicos e de valorização dos trabalhos manuais, além de reforçar os ideais de ordem e progresso do país, atrelando esse progresso também à questão agrícola.

Palavras-Chave: Educação Profissional. Educação Agrícola. História das Instituições Escolares.

**Order and Progress in the Field:
The Agricultural School of Muzambinho and the Technical Training (1953 to 1975)**

Abstract: Agricultural professional education is still a recent theme in research on the history of education. To understand the changes in the offer of this branch of professional education, it is necessary to observe the economic and social relations of work established in the Brazilian agrarian economy that culminated in actions focused on education, besides observing the transformations that occurred from the transition from agrarian to urban society industrial. The time cut included the first initiatives to create the school and extended to the period of implementation of the school-farm model, a result of the agreements signed between the United States and Brazil, which turned schools into large farms, which learn in practice. The identification of the offered training proposal was made from official and school documents, photographs and interviews. The results show the project of agricultural modernization for the country and the need to train the agricultural technicians who could remain in the field boosting the production. In this way, a training focused on the technical teachings and appreciation of manual labor, besides reinforcing the ideals of order and progress of the country, linking that progress also to the agricultural question.

Keywords: Professional Education. Agricultural Education. History of School Institutions.

¹ Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na linha de Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação. Professora de História e Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Campus Inconfidentes).



A Organização do Ensino Agrícola em Minas Gerais

A educação agrícola no estado de Minas Gerais se organizou, de fato, na transição do século XVII e XVIII, após a estagnação da produção açucareira no Brasil, na qual identificamos uma intensa busca por metais preciosos, a fim de garantir recursos para Portugal. A busca por metais preciosos promoveu um grande fluxo de emigração da região nordestina, na medida que algumas minas de ouro e diamantes foram encontradas no Estado de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, a mão de obra utilizada era escrava e a exploração da mineração acabou permitindo o crescimento de outros setores como a pecuária, que visava suprir o consumo proveniente do crescimento populacional na região. Naquele momento não eram visíveis as ações em prol de uma educação agrícola, o trabalho escravo limitava toda produção a um sistema nada tecnológico e muito manual, com pouquíssimas alterações no modo de produzir ao longo dos anos.

No século XIX, junto com as mudanças provocadas pela transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Brasil, iniciou-se o declínio da exploração do ouro. Conjuntamente, a abertura dos portos beneficiou a produção de açúcar pelos ingleses e dificultou, ainda mais, a produção no Brasil, agravando a crise da produção açucareira.

Apesar dessas ocorrências, foi no século XIX, que a agricultura se ampliou como atividade econômica no Estado de Minas Gerais com a produção de milho, fumo, mandioca cana, arroz, aguardente, rapadura e ganhou destaque uma nova produção no cenário nacional, o café. Sua produção, ainda que primitiva, elevou o fruto à categoria de principal produto de exportação e recolocou Minas Gerais no cenário dos grandes produtores.

A produção do café concentrou-se nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. No início se desenvolveu a partir da utilização de mão de obra escrava, baseada em modo de produção primitivo. Com a abolição da escravatura, no final do século XIX, a mão de obra precisava ser garantida em todos os Estados em que o café era produzido. Adveio dessa situação, a proposta da criação das primeiras escolas agrícolas, também conhecidas como fazendas escolas ou colônias agrícolas, locais propícios para a formação do trabalhador rural.

As escolas que surgiram mantinham um caráter estritamente prático, de forma a não gerarem gastos significativos para o governo com suas instalações, possibilitando retorno financeiro a quem as desejasse instalar. A necessidade de formar os trabalhadores agrícolas no Estado de Minas Gerais, no início do século XX, somava-se à necessidade de manter os libertos no campo



minimizando os impactos nas áreas urbanas. Apesar de o ensino agrícola estar frequentemente presente nos discursos dos políticos, poucas instituições foram, de fato, criadas no Estado.

Gonçalves e Versieux (2013) destacam que a proposta de criação das fazendas-modelo tinha como missão agir como “polos de desenvolvimento” para as diferentes regiões do Estado de Minas Gerais. As fazendas-modelo foram instaladas em cidades antigas, algumas delas servidas por estradas de ferro e, portanto, com algum grau de desenvolvimento. Contudo, o critério para a instalação foi antes político do que econômico, visando também à facilitação de acesso ao local das escolas e com menor gasto possível.

O objetivo da formação oferecida estava determinado no art. 81 do Regulamento Geral do Ensino Agrícola do Estado de Minas Gerais de 1911: “o fim principal dos aprendizados agrícolas é formar trabalhadores aptos para os diversos serviços da lavoura, de acordo com as modernas praticas agrônômicas”, o que caracterizava um viés assistencialista não mais aos pequenos infratores, mas aos “pequenos lavradores e de preferência, os menores desprovidos de assistência natural, dando-lhes instrução primária e ministrando-lhes ensino prático agrícola”.

A ação não contava com financiamento suficiente para a existência e manutenção desses estabelecimentos, que desapareceram já na década de 1920; além de não conseguirem estrutura para a oferta do ensino primário agrícola paralelamente ao ensino voltado à prática agrícola ofertado. Enquanto a defesa pelo ensino agrícola se enfraquecia no estado, se intensificava no cenário nacional na década de 1920.

O Estado de Minas Gerais, até 1929, contava com sete escolas agrícolas, com um total de 289 alunos matriculados, sendo 288 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Os demais Estados brasileiros contavam com apenas 1 escola agrícola instalada, sendo raros os Estados com 2 escolas (ROSA, 1980, p. 105). A situação em Minas Gerais, com o passar dos anos, permitiu às escolas agrícolas assumir um papel de formadoras, de fato, dos trabalhadores, não só para o trabalho como também para ensinar a ler, escrever e realizar as operações matemáticas.

Na década de 1950, a indústria ganhou a centralidade da economia nacional e em contra partida o cenário do setor agrícola não apresentava progressos significativos, o que incentivava aqueles que trabalhavam no campo a buscarem trabalho nas cidades. O Diário do Congresso Nacional do dia 04 de maio de 1956, registrou-se que:



[...] a preparação de profissionais para as atividades agrícolas não tem merecido a atenção necessária reclamada pelo progresso nacional. Comparado ao número sempre crescente de escolas para a formação do operariado para a indústria, verifica-se esta triste verdade (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 04/05/1956, p. 2940).

Em 1964 houve uma mudança no sentido de impulsionar a agricultura e modernizá-la inserindo-a nos Planos de Desenvolvimento Nacional, com ações previstas para fornecer o aprimoramento das técnicas e pesquisas no setor. As mudanças no cenário nacional proporcionaram a expansão das escolas agrícolas e a criação desse tipo de instituição na cidade de Muzambinho, por exemplo.

No governo do presidente Castelo Branco, além das medidas anteriores, a educação foi apresentada como instrumento para a modernização agrícola, que assim como no início do período republicano, passou a ser vista como meio para se alcançar a modernização da agricultura. Já em 1968, o Plano Trienal do governo de Costa e Silva, trouxe novamente a importância da modernização da agricultura. Gonçalves Neto (1997) aponta que o governo listou o aprimoramento das técnicas de trabalho, zoneamento agrícola, organização do meio rural e elevação da produtividade.

Nesse período, o modelo de ensino foi escolhido de forma não só a contribuir para a modernização como para aproximar os alunos da realidade no campo, almejando mudanças inclusive na forma de se relacionarem com o trabalho agrícola. Para tanto, começaram a ser implementadas as chamadas escolas-fazendas, que se consolidaram no Brasil e no Estado de Minas Gerais a partir da década de 1970, após a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI) em 1973.

Essas sinalizações e mudanças no sentido de ampliação da oferta do ensino agrícola contribuíram para as modificações vivenciadas pelas escolas agrícolas de Minas Gerais. Observamos que no Estado a proposta nacional vinha sendo atendida e a ampliação da oferta do ensino agrícola foi lenta, se efetivou após 1950 e recebeu investimento e pessoal só após 1970. A criação da Escola Agrícola em Muzambinho resultou da expansão e modernização do ensino agrícola pós-1950, conforme veremos sua instalação e características buscando observar o modelo de formação nela proposto.



A Promoção da Educação Agrícola na Cidade de Muzambinho

A criação da Escola Agrotécnica de Muzambinho foi resultado de um termo de acordo celebrado entre os governos da União e Estado de Minas Gerais, em 22 de outubro de 1948. A localização e proximidade entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, a concentração de escolas primárias nas cidades e em seu entorno, possibilitou o encaminhamento de muitos alunos para as escolas agrícolas, associados aos políticos da cidade que, possuíam amizades e influência no cenário político regional e nacional, necessários para o estabelecimento de acordos nesse sentido.

As obras de construção da Escola tiveram início em 1 de julho de 1949 e as aulas em 20 de fevereiro de 1953, sendo inaugurada oficialmente no dia 22 de novembro, com uma cerimônia na qual estiveram presentes: o presidente da República, Getúlio Vargas; o então governador, Juscelino Kubitschek de Oliveira; o ministro da justiça, Tancredo Neves; o ministro da agricultura, João Cleophas; o senador Assis Chateaubriand; e o então prefeito muzambinhense, Álvaro Martins.

O discurso proferido por Vargas apontava para a valorização da produção agrícola, mais a necessidade de renovar os métodos, conforme podemos observar na apresentação da noção de um “surto de desenvolvimento” e a necessidade de modernizar os métodos de produção agrícola.

A vossa hospitalidade amiga, a prosperidade, a abundância em que viveis, o espetáculo do vosso trabalho construtivo, reafirmam no presente as sólidas virtudes antigas da gente mineira. A vossa experiência demonstra que a renovação dos métodos de produção econômica e as medidas tendentes a minorar as desigualdades sociais, não significam o abandono das tradições seculares cristalizadas na vida brasileira. Antes, essas forças espirituais não só estimulam o progresso material e social do país, como também constituem precioso elemento de equilíbrio que é um penhor de segurança para os novos surtos do desenvolvimento brasileiro (DISCURSO VARGAS, 1953, p. 7).

Getúlio Vargas mencionou ainda, que em Minas Gerais de 1940 a 1953, o governo federal em acordo com o governo estadual, construiu seis centros de aprendizagem agrícola, nas cidades de Uberlândia, São João Evangelista, Salinas, Machado, Turumim e Muzambinho. A construção da escola de Muzambinho foi resultado das políticas públicas de disseminação de instituições de ensino técnico agrícola, sobretudo no Estado de Minas Gerais, pois não bastaria o interesse político ou desejo de moradores da cidade. Sua construção somente foi possível devido ao momento político vivido nacionalmente de expansão das cidades, da indústria e a necessidade de atender às demandas pelos produtos agrícolas, bem como pela modernização da produção de forma a permitir sua expansão.



As estruturas das escolas foram definidas de forma a garantir o espaço para produção e aprendizado prático. A edificação da escola num espaço distante do centro urbano, além de facilitar a implementação das aulas práticas, deveria auxiliar na identificação do aluno com o campo e sua permanência nele, algo essencial para uma sociedade que passava por um surto industrial e acompanhava a migração do campo para a cidade com todos os problemas advindos desta situação.

Os espaços para prática de esportes eram os únicos voltados ao cuidado com o corpo na escola, as atividades eram incentivadas como forma de lazer para os alunos que ali viviam, em regime de internato ou de semi-internato, que passavam grande parte do tempo na escola.

Ao longo dos anos, a escola manteve-se sempre articulada ao ensino agrícola e recebeu diferentes denominações: Escola Agrícola de Muzambinho; Colégio Agrícola de Muzambinho; Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho. A partir de 2008 passou a ser denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho. Observamos que até 2008 todas as denominações recebidas deixavam clara a intenção de fornecer uma educação voltada para os profissionais agrícolas.

Quando foi criada, a escola em Muzambinho estava voltada para a proposta de ofertar diferentes cursos tanto no nível de iniciação como no ginásial. Segundo a Lei Orgânica, o ensino do nível ofertado nas escolas agrícolas tinha a finalidade de “dar aos trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes [aumentasse] a eficiência e produtividade” (BRASIL/LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA DE 1946, Art. 2). A trajetória construída pela escola delimitou um perfil de formação voltado para os ideais de ordem e progresso da nação, atrelados às necessidades de modernização da produção agrícola.

O Perfil de Formação dos Cursos Ofertados

O Curso Iniciação Agrícola (de 1953 até 1962), com duração de dois anos era voltado para a preparação profissional necessária à execução do trabalho de operário agrícola. Estava articulado ao ensino primário e poderia ter carga horária semanal de trinta e seis a quarenta horas. Para ingressar nessa modalidade, era necessário: a) ter doze anos completos; b) ter recebido educação primária; c) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que seriam realizados e d) ser aprovado em exame vestibular.

O Curso de Mestría Agrícola (de 1955 até 1962), com duração de dois anos, era sequencial Curso de Iniciação Agrícola e tinha como finalidade preparar profissionalmente para o exercício do



trabalho de mestre agrícola. Poderia ter a carga horária semanal de trinta e seis ou quarenta horas semanais. Para ingressar nessa modalidade, era necessário: a) ter concluído o Curso de Iniciação Agrícola; b) possuir capacidade física para os trabalhos escolares que seriam realizados e c) ser aprovado em exames vestibulares. Ao final do curso, o aluno concluinte recebia o diploma de Mestre Agrícola. Atuando posteriormente como orientador ou responsável das atividades voltadas à produção agrícola.

O Ginásio Agrícola (de 1963 até 1970), com duração de três anos, estava articulado ao ensino secundário possibilitando a continuidade de estudos no ensino superior, lembrando que a continuidade dos estudos no ensino superior, que foi autorizado após 1952, até esta data o ensino profissionalizante não permitia a continuidade dos estudos.

O Técnico Agrícola (de 1964 até 1975), com duração de três anos, era destinado ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter especial da agricultura. Também estava articulado ao ensino secundário e permitia a continuidade no ensino superior.

O Técnico em Agropecuária (de 1974 até os dias atuais), com duração de três anos e se mantém assim até hoje, voltado para o ensino de técnicas próprias para o exercício de funções voltadas ao desenvolvimento da agropecuária. Também estava articulado ao ensino secundário e permitia a continuidade no ensino superior.

A partir de análises documentais, observamos que as prescrições foram seguidas e a oferta voltada ao objetivo apresentado na legislação de prestar serviços a outros profissionais como agrônomos e veterinários:

[...] os técnicos agrícolas prestarão seu concurso indispensável ao trabalho de agrônomos, veterinários e outros profissionais de nível superior que atuam naquele meio, formando as sociedades comunitárias. Os agricultores e trabalhadores rurais, devidamente qualificados, estariam em condições de atingirem o seu autodesenvolvimento e, por conseguinte, mais capacitados a participarem da batalha da produção agropecuária (BRASIL, CIRCULAR nº 21 MEC, 1968, p. 14).

Além da oferta dos cursos regulares, na escola também eram oferecidos cursos mais curtos, com objetivos bem definidos, como o curso de Tratorista, desde o início do funcionamento no ano de 1953, voltado para trabalhadores rurais e com a proposta de promoção da mecanização agrícola na região. Somados aos cursos, eram proferidas muitas palestras na escola, de forma a enaltecer e informar sobre as questões agrícolas, como exemplo, “Desenvolvimento da Agricultura Brasileira”,



“Horticultura e Clube Agricultura no Brasil”, “Os alunos e o Clube Agrícola”, “Plantio Técnico de Árvore”, “O Agricultor”, “Reflorestamento”, “Formação de hortas”.

Uma formação pautada na valorização dos trabalhos manuais, exaltação da nacionalidade, da moral e da disciplina dos corpos para o trabalho manual. No que diz respeito ao desenvolvimento dos trabalhos dos cursos ginásial e colegial, encontramos os seguintes objetivos no relatório de 1966: “I- Capacitação de jovens para o bom desempenho das atividades agrícolas; II- Estimulo às práticas de boas técnicas agrícolas no meio rural” (RELATÓRIO DA ESCOLA DE 1966, p. 4).

Já nas descrições das atividades, encontramos as de ministrar o ensino de cultura geral e técnica e ministrar o ensino de boas práticas agropecuárias. Dentro da proposta apresentada pela escola de Muzambinho ganharam destaque os cursos de menor duração e com o objetivo de oferecer uma formação bem específica, como a oferta do curso de Tratorista.

Em 1961 a escola já havia formado 4 turmas e 72 tratoristas no Curso de Tratorista, no Centro de Treinamento de Tratorista anexo à Escola Agrotécnica de Muzambinho (RELATÓRIO DA ESCOLA DE 1961, p. 11). Tal curso era organizado com 80 aulas teóricas e 130 aulas práticas. A oferta também estava em consonância com a proposta da legislação, e cada vez mais os discursos oficiais se distanciavam do trabalho manual como um meio de acabar com vícios ou corrigir o caráter e passavam a anunciar a educação como via para a ascensão social ou melhora na produção.

O período de permanência dos alunos na escola era de muitos anos, principalmente, nos primeiros anos de funcionamento. Era comum o aluno ingressar no curso de Iniciação Agrícola, depois cursar a Mestria Agrícola. Além disso, muitos davam continuidade aos estudos agrícolas com o curso Colegial Agrícola e permaneciam, dessa forma, por no mínimo sete anos na escola. Isso quando não eram reprovados e repetiam algumas das séries do curso. Havia muito tempo para a formação e preparação dos estudantes.

Depois de 1959, tornou-se frequente a matrícula de alunos que já haviam cursado a Iniciação Agrícola em outra instituição, principalmente, nas cidades de Machado e Inconfidentes, o que reduziu o tempo de permanência na instituição de Muzambinho. Durante a passagem pela escola, os alunos eram incentivados a permanecer nas áreas rurais após a conclusão do curso, aplicando seu conhecimento, até mesmo como maneira de validar o investimento realizado pelo governo na oferta dos cursos.



As escolas agrícolas criadas no Brasil tinham uma localização estratégica, de forma a incentivar a permanência dos alunos nas zonas rurais e proporcionar à região, profissionais capacitados e dispostos a receber a baixa remuneração paga aos técnicos agrícolas na época. De acordo com os relatórios anuais da escola, os alunos oriundos principalmente do meio rural, podiam morar e tinham direito à assistência alimentar, médica, higiênica, sanitária e educacional.

Como o principal objetivo era preparar profissionais para a agricultura, de acordo com as necessidades técnicas e práticas da lavoura e da pecuária, o regime de internato contava também com trabalhos manuais e manutenção da escola. O aluno vivenciava algumas práticas da profissão e garantia as condições materiais para a manutenção da escola. Todo o trabalho dedicado à escola podia ser contabilizado inclusive para fins de aposentadoria, pois era considerado na categoria de “jovem aprendiz”, configurando-se emprego.

Desde o início do funcionamento da escola de Muzambinho, os objetivos explicitados na Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946, de formação de agricultores destinados ao avanço das técnicas agrícolas, vinham se materializando na definição do espaço físico, na construção de oficinas, disponibilização de espaços para plantio e criação de animais, na escolha dos alunos e, principalmente, na definição do currículo e na efetivação dos planos de ensino pelos professores e nas atividades extraclasse providas pela instituição.

O currículo foi elaborado repleto de elementos que colaboram para a execução da parte prática dos cursos agrícolas e atendimento às necessidades da produção local da região em que a escola agrícola estava inserida. As disciplinas técnicas também objetivavam estimular os alunos no interesse pela industrialização dos produtos agropecuários a fim de “criar no espírito do estudante, bons hábitos de trabalho para atividades rurais e demonstrar ao aluno que a indústria rural é fonte de renda altamente compensadora” (Plano de Ensino – Disciplina Indústrias Rurais – Escola Agrícola de Muzambinho, 1969/1970).

Outra característica marcante do currículo era a ligação com os produtores e fazendas da região, fortalecendo o vínculo com o meio rural e atendendo ao objetivo de tentar manter o aluno no campo. No desenvolvimento da disciplina de Indústrias Agrícolas, as aulas “não ficavam limitadas somente as salas de aula, carteiras e professor. Elas serão complementadas com visitas às indústrias agrícolas e fábricas da região, mostrando a realidade e a necessidade da disciplina” (Plano de



Ensino – Disciplina Indústrias Rurais, 1969/1970). Como exemplo das visitas, encontramos o seguinte registro:

Visita dos alunos do 3º ano colegial à Cooperativa dos cafeicultores de São Paulo (em São Manuel/SP). Visita dos alunos do 3º ano colegial à Usina de Açúcar de Monte Alegre/MG, para conhecer e aprender as técnicas de plantio de cana-de-açúcar. Visita dos alunos do 2º Ano Colegial à Fazenda do Sr. Silvio Taveira Barbosa, em Alfenas-MG, para conhecer o gado. Estágio de uma semana na Fazenda a Usina Açucareira de Monte Alegre/MG, para aprender a técnica e plantio de cana-de-açúcar. Preparo de curvas de nível, pelos alunos do 2º ano Colegial nas fazendas dos Srs. Osório Faria e Messias Gomes (RELATÓRIO DA ESCOLA DE 1967, p. 22).

Além do mais, eram realizadas atividades nas oficinas para garantir aos alunos o aprendizado de ofícios, nos quais predominava a atividade artesanal como carpinteiro, ferreiro e mecânico. Alguns ofícios industriais eram ministrados em meio ao aprendizado agrícola. Acreditamos que essa inclusão no currículo aconteceu devido à necessidade de manutenção da escola e de seus equipamentos, pois, dessa forma, além de garantir aos alunos os conhecimentos para efetuarem a manutenção dos equipamentos agrícolas necessários à sua prática, mantinham a escola em pleno funcionamento.

Para tais aulas encontramos muitos pedidos nos relatórios escolares voltados para a garantia e melhora das oficinas existentes. Uma oficina de ferragem foi entregue em 1967, por exemplo, “doada ao estabelecimento pelo convênio DEA/CONTAP/USAID/BRASIL. Sendo de real utilidade para os alunos, onde adquirem noções valiosas no manuseio das várias ferramentas e na confecção de artigos de uso prático” (RELATÓRIO DA ESCOLA, 1967, p. 11) Os Estados Unidos da América (EUA) influenciaram na implementação das oficinas nas escolas e muito do modelo desenvolvido nas escolas agrícolas foi importado.

A parte prática estava acrescida de formação patriótica e do controle do corpo e questões higiênicas, colaborando para os projetos de governo da época. O currículo e seu cumprimento eram reflexo da política direcionada à formação do trabalhador, mas não um trabalhador qualquer, um trabalhador imbuído do sentimento de nacionalismo e voltado ao atendimento do processo de modernização do campo. Tais ações foram reforçadas e intensificadas com a implementação do modelo escola-fazenda na década de 1970, que colaborou para a ampliação das atividades agropecuárias e para o processo de modernização com a tentativa de implementação do complexo agroindustrial.



O processo educativo estava voltado para as atividades manuais e práticas de produção. Tal ação era fruto de um projeto maior, delimitado pelo governo do país, que estabeleceu o currículo a partir da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em 1946, com o objetivo central de preparação do trabalhador – conforme afirmamos anteriormente.

Esclarecemos que, durante dez anos, a escola somente ofereceu ensino agrícola primário, que formava a Iniciação e Mestria Agrícola. Somente no ano de 1963, que passou a ofertar o ensino ginásial agrícola que possibilitava continuidade dos estudos no ensino superior. Mesmo após a oferta do curso ginásial, a escola agrícola apresentava um currículo muito mais restrito às atividades manuais se comparado ao do ensino secundário, que apresentava um vasto currículo, incluindo o ensino de latim, francês, cultura geral etc.

Em Muzambinho as estratégias voltadas para a formação da cultura dos alunos eram as aulas de canto orfeônico, com viés patriótico e apresentações culturais na escola, que muitas vezes, tinham a temática voltada para as atividades do agricultor e da vida no campo. A preparação do corpo não ocorria somente nas aulas de educação física e na prática do esporte, mas também nos trabalhos manuais de manutenção da escola e produção dos produtos agrícolas.

Apesar de poucas características direcionadas a uma formação mais ampla, não podemos esquecer que o aluno (trabalhador) não é passivo diante da sua própria produção, a escola produz o sujeito, mas este sujeito se coloca diante da sua própria produção e de certa forma, ele também, influencia o seu processo de produção. Assim, a instituição faz dele corresponsável no processo.

O modelo da escola-fazenda apresentou a ideia do aprender a fazer fazendo, e, perseguiu o objetivo de incorporar o trabalho no trabalhador. Entendemos que é preciso olhar para os sujeitos da escola, buscando compreender como eles se produziam enquanto trabalhadores, pois constitui processo complexo que passa certamente por muitos questionamentos, afinal para que ser trabalhador? Qual o sentido do aluno se produzir enquanto trabalhador se ao mesmo tempo em que se produz não é a produção mais importante, pois a produção mais importante é o capital?

Ainda que não conscientemente, por mais que a escola e as políticas públicas apresentem uma organização e a direção de formação do trabalhador do campo, ao longo do processo ocorrem entendimentos e atitudes que podem ter levado os alunos para outras direções, não há garantias de que a proposta contida nos objetivos foi de fato cumprida pelos alunos.



O projeto pedagógico apresentado e sua disseminação na escola de Muzambinho certamente carregaram mais do que encontrávamos na legislação, pois a proposta era acrescida da maneira como os professores a compreendiam e da maneira como elaboravam. O projeto pedagógico, os gestores e os professores faziam um movimento puxando de volta para a formação do aluno como trabalhador e não como futuro dirigente ou pesquisador da área agrícola. Assim, novamente ressurgem a pergunta: a escola não é ela própria o espaço desse conflito social?

Quando o foco é o sujeito surgem esses conflitos. O conflito pode não ser identificado pelos alunos e mestres e muito menos encontrado em registros, mas acreditamos que estava presente no espaço escolar. Essas questões não são possíveis de serem enxergadas de maneira clara, pois o período escolhido para o estudo está justamente na transição do agrarismo para o industrialismo e, portanto, temos a coabitação de tendências opostas e contraditórias. Elas não conseguem se autoexcluir, mas se mantêm como polos de oposição.

Para manter o controle da disciplina e alcançar os objetivos da proposta, a escola contava com uma estrutura física que permitia o acompanhamento de todo o pátio e de qualquer uma das salas de aula. Também havia a presença do chefe de disciplina no cenário escolar como figura de autoridade para manutenção da ordem e cumprimento de todas as atividades. Todos os planos de ensino passavam por avaliação de um supervisor, atento às orientações que eram distribuídas pelo governo nas escolas e para o cumprimento das políticas de preparo para o trabalho no campo.

O ideal de “aprender fazendo” para colaborar com a missão de desenvolvimento do Brasil também estava presente nos versos do Hino da Escola Agrotécnica, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Nesta casa uma grande oficina,
Trabalhando se aprende e se ensina,
A charrua, no campo, lavra as terras,
Nos livros, o caráter retempera.
Mocidade, és da escola a esperança,
Esperança em teu peito varonil
Honremos seu nome e pujança
Para glória desta terra gentil
Nosso amado Brasil.
(Hino da Escola, Acervo IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho).

Na letra da canção fica destacado que é por meio do “trabalho” que se aprende e se ensina, caracterização muito intensa desse tipo de instituição, que mesmo antes do sistema de escola-fazenda já estava presente nas práticas escolares.



Considerações Finais

A Escola Agrícola de Muzambinho não diferiu de tantas outras no que se referiu à formação do trabalhador agrícola. As novas relações do capital, no século XX, exigiram do Brasil dedicação na formação do trabalhador rural de forma a atender à modernização agrícola do país, tão almejada. A instituição escolar foi fruto de um projeto imposto pela classe dominante, de “civilizar” a população por meio da educação. Dentro desse projeto, foi mantida e aprofundada uma dualidade do ensino, na qual de um lado encontrava-se a preparação da elite para se tornarem futuros dirigentes do país e, do outro, uma capacitação da mão de obra para trabalhar no campo e nas indústrias que vinham crescendo em número.

Como a criação da Escola em Muzambinho, após a Lei Orgânica do Ensino Agrícola em 1946, já havia uma organização e sequência do ensino oferecido e a certificação, primeiramente, dos Cursos de Iniciação e Mestría Agrícola e, posteriormente, do ensino ginásial e técnico, todos dentro de um sistema organizado que permitia a continuação dos estudos em nível técnico. Uma educação imbuída do patriotismo e civismo através das disciplinas de Moral e Cívica, Canto Orfeônico, História e Geografia do Brasil, disciplinas que não existiam na maioria dos patronatos agrícolas, voltados para o propósito correccional.

A oferta não se limitou apenas à formação de mão de obra, pois o modelo de instituição em Muzambinho estava centrado na proposta da prática profissional dos técnicos agrícolas, buscando inseri-los no mercado de trabalho após a conclusão dos cursos. Todos os aspectos educacionais e/ou culturais na escola estavam voltados para este projeto maior de inserção dos trabalhadores nas áreas rurais.

Referências

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. 04 de maio de 1956. Disponível em: <www2.camara.gov.br/publicações>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946**. Decreto-Lei 9331 de 10 de junho de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19331.htm>. Acesso em: 8 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC/DEA). **Circular n. 21 de 1968**. Brasília/DF: MEC/DEA, 1968.

BRASIL. **Regulamento Geral do Ensino Agrícola do estado de Minas Gerais** (Decreto 3.356 de 11 de novembro de 1911). Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121821>> . Acesso em: 27 mar. 2017.



GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GONÇALVES, Irlen Antônio; VERSIEUX, Daniela Pereira. A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914). In: **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, p. 125-151, 2013.

IFSULDEMINAS. **Discurso do presidente Getúlio Vargas do dia da Inauguração da Escola**. 1953. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1953/11.pdf>>. Acesso em: 17 dez. de 2017.

IFSULDEMINAS. **Hino da Escola Agrícola de Muzambinho**. Acervo Campus Muzambinho.

IFSULDEMINAS. **Plano de Ensino - disciplina indústrias rurais**. Escola Agrícola de Muzambinho, 1969/70. Acervo Campus Muzambinho.

IFSULDEMINAS. **Relatório da Escola de 1961**. Acervo Campus Muzambinho.

IFSULDEMINAS. **Relatório da Escola de 1966**. Acervo Campus Muzambinho.

IFSULDEMINAS. **Relatório da Escola de 1967**. Acervo Campus Muzambinho.

ROSA, Maria da Glória de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília/SP: Editora UNESP, 1980.